



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM

**LEI Nº 340/1975, DE 29/09/1975**

"Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Coxim-MT., para o Exercício de 1976".

O PREFEITO MUNICIPAL DE COXIM. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento do Município de Coxim para o Exercício Financeiro de 1976, que estima a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 5.000.000.00 (Cinco milhões de cruzeiros)

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, transferências de recursos, operações de crédito e outras Receitas, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos desta lei, obedecendo a seguinte classificação geral:

RECEITAS CORRENTES:

Receita Tributária.....	Cr\$	630.000.00	
Receita Patrimonial.....	Cr\$	101.000.00	
Receita Industrial.....	Cr\$	30.000.00	
Transferência Correntes.....	Cr\$	2.713.000.00	
Receitas Diversas.....	Cr\$	420.000.00	3.894.400.00

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito.....	Cr\$	150.000.00	
Alienação de Bens Móv. e Imóv.....	Cr\$	76.800.00	
Transferência de Capital.....	Cr\$	878.800.00	1.105.600.00
T O T A L.....			5.000.000.00

Art. 3º - A Despesa será realizada na forma constantes dos Anexos integrantes desta lei, obedecendo a seguinte discriminação:

## DESPESAS POR FUNÇÕES DO GOVERNO

Legislação.....	Cr\$	143.185.00	
Administração, Serv. e Planejam.....	Cr\$	1.308.600.00	
Agricultura.....	Cr\$	30.000.00	
Educação e Cultura.....	Cr\$	680.000.00	
Habitação e Urbanismo.....	Cr\$	1.434.000.00	
Saúde e Saneamento.....	Cr\$	10.000.00	
Assistência e Previdência.....	Cr\$	309.215.00	
Transportes e Comunicações.....	Cr\$	1.075.000.00	
Defesa Nac. e Segurança Pública..	Cr\$	10.000.00	5.000.000.00
T O T A L.....			5.000.000.00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) da Receita Orçada, nos termos dos artigos 7 e 43 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar em qualquer mês do Exercício Financeiro Operações de Créditos por antecipação da Receita, para atender insuficiência de fundo, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), da Receita Estimada.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar bens móveis da Prefeitura, considerados irreversíveis, inservíveis ou antieconômicos.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar convênios, contratos e afins que importem no desenvolvimento, bem-estar e interesse do município, bem como receber bens móveis e imóveis em doação para realização de obras.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, desde que haja a dotação orçamentária, pessoal técnico e especializados para os serviços de assessoramento jurídico, contábil e administrativo.

Art. 9º - As dotações atribuídas a todas as unidades orçamentárias serão movimentadas pelo serviço de Finanças, que, para esse fim, deverá manter estrita coordenação com os demais órgãos e unidades da municipalidade.

Art. 10 - As dotações para encargos sociais bem como para subvenções e auxílio a entidades públicas e privadas, assistenciais e educacionais, desportivas e culturais, para atender a diferença de pessoal para atender programas extras de infra-estruturas que não estiverem consignadas no Orçamento, poderão ser movimentadas pelo Executivo, de acordo com o artigo 66 da Lei nº 4.320/64.

Art. 11 - Ficam revogados os dispositivos da lei nº 313 de 28/11/74, naquilo que for conflitante com os dispositivos desta lei, ficando os Projetos e Programação alterados para os constantes desta lei.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de Janeiro de 1976, revogadas as disposições em contrário.

DESPACHO: Na conformidade do disposto no Artigo 21, Item IV da Lei nº 3.154 de 06 de Janeiro de 1.972, (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL), sanciono a presente Lei para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito em, 1º de Outubro de 1975

Dr. Salviano Mendes Fontoura  
Prefeito Municipal